

CONTORNOS DOS LETRAMENTOS*

SIMONE BUENO BORGES DA SILVA**

Letramentos, organizado por Cláudia Vóvio, Luanda Sito e Paula De Grande, motivou-nos a pensar sobre a complexidade do conceito que nomeia o livro. Publicada em homenagem à professora Angela Kleiman, por ocasião de sua aposentadoria, a obra reúne as reflexões empreendidas pelos pesquisadores do grupo Letramento do Professor (liderado por Kleiman desde 1991) e por colaboradores como Charles Bazerman e Virgínia Zavala, os quais, mesmo a distancia, contribuem sobremaneira para as discussões teórico-práticas do grupo. Desse modo, o que mais caracteriza a obra, composta por 13 artigos de autores distintos, é a articulação dos trabalhos que, mesmo se tratando de um livro produzido a muitas mãos, converge para a unidade conceitual. Justamente por isso, o livro nos motivou a pôr em cena, uma vez mais, aspectos relativos ao conceito de *letramento* que nem sempre se apresenta sob a égide da unicidade.

O conceito de *letramento* tem sido objeto de discussão na comunidade acadêmica, com a finalidade de melhor delimitar seu escopo, compreender as perspectivas de sua utilização e, até mesmo, para avaliar a sua pertinência. Essa discussão é produtiva e necessária, na medida em que promove o aprimoramento conceitual, caro aos pesquisadores da área.

* Resenha do Livro *Letramentos*, organizado por Cláudia Vóvio, Luanda Sito e Paula De Grande (Campinas: Mercado de Letras, 2010).

Agradeço a valiosa leitura feita pelo amigo Júlio Neves, sem a qual não teria observado detalhes importantes no texto.

** Doutora em Linguística Aplicada e professora do Departamento de Letras Vernáculas da Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: <simonebbs70@gmail.com>

No meio acadêmico é comum nos depararmos com trabalhos que propõem compreensões diferentes de *letramento*. Na esfera escolar, não é raro vê-lo tomado como sinônimo de *alfabetização* ou aquisição da linguagem escrita, ou mesmo como objeto de ensino (não para ensinar o que venha a ser letramento, mas para designar o ensino do alfabeto, das letras!).

O conceito de *letramento* envolve, de fato, uma complexa rede de aspectos relativos à escrita e às práticas sociais de leitura e de escrita, que tornam seus limites delicados e, às vezes, ramificados junto aos limites de outros campos de estudo. Só o fato de lidar com um campo múltiplo, observável por diferentes prismas e que abrange diferentes elementos, conforme se pode dizer das práticas sociais de uso da leitura e da escrita, por si, justifica a engenhosa dimensão dos estudos dos letramentos (no plural, justamente para marcar sua multiplicidade). Além da complexidade dos fenômenos estudados, o próprio conceito também guarda, em seus propósitos e historicidade, meandros que lhe conferem alto grau de complexidade. Todos esses aspectos precisam ser examinados e discutidos na esfera acadêmica, para que o conceito se faça claro e cumpra o seu papel de sustentar a compreensão dos fenômenos abordados através da sua óptica. Nesse sentido, queremos tecer algumas considerações acerca do conceito de *letramento*, não com a pretensão de esgotar a discussão sobre nenhum dos aspectos, mas com a finalidade de mostrar que o conceito, no contexto acadêmico brasileiro, vem assumindo ao menos duas perspectivas distintas, que conduzem a diferentes reflexões acerca da escrita em suas relações com o contexto social. Discute-se, então, sob qual das perspectivas conceituais o livro *Letramentos* se apresenta.

Magda Soares, no texto “Letramento e alfabetização: as muitas facetas”, publicado em 2004, já apontava a perspectiva complexa no olhar para as práticas de leitura e escrita, quando escreveu sobre o surgimento da “necessidade de reconhecer e nomear práticas sociais de leitura e escrita mais avançadas e complexas” (p. 6). Nesse mesmo trabalho, a autora enfatiza a diferença que o letramento, como fenômeno, assume nas sociedades desenvolvidas, as quais já garantiram, no contexto da educação formal, o processo de alfabetização. Enfatiza, também, o fenômeno do letramento em sociedades em desenvolvimento, como a brasileira, em que ainda se busca o acesso ao conhecimento mais elementar, preliminar, da escrita. Entendemos que deriva desse aspecto a pluralidade que o conceito, por vezes, ganha aqui no Brasil. Assim, enquanto países desenvolvidos estão estudando as práticas

sociais de uso da escrita sob a ótica do *letramento*, para compreender e pensar os usos e especificidades que vão além do domínio do código e que se relacionam ao modo complexo como o homem se organiza no contexto social, aqui, como salienta Soares, além dessa dimensão, estamos também, com base no conceito de *letramento*, discutindo o aprendizado da escrita e o estado de quem ainda não domina o código escrito, bem como a inserção deste sujeito analfabeto ou semianalfabeto no contexto social, altamente letrado.

Na relação entre essas duas realidades estão os trabalhos que investigam o estado de quem não domina o código e os processos de aquisição da língua escrita; o estado de quem domina o código, mas não a dimensão discursiva relativa aos usos sociais da escrita; as práticas dos grupos que, mesmo sem o domínio do código, se pautam grandemente pela lógica organizacional da língua escrita¹; os usos sociais da escrita e as práticas de ensino que os contemplam; o funcionamento da escrita em práticas globais e locais; os impactos da escrita em grupos específicos... Muitas nuances de um mesmo fenômeno? Ou diversos fenômenos em busca de aproximação pelo estudo da escrita na sociedade?

Delimitam-se, assim, ao menos dois pontos de vistas diferentes na compreensão do conceito de *letramento*. Em um deles, busca-se observar o fenômeno da escrita em relação às questões vinculadas à aquisição da escrita e ao estado de quem sabe escrever. Desta perspectiva, o *letramento* é quase sempre utilizado e discutido em suas relações com a *alfabetização*.² As perguntas levantadas nas pesquisas dessa vertente colocam em cena, necessariamente, as relações entre *letramento* e *alfabetização*. Daí uma enorme tentativa de demarcar os limites entre cada um dos conceitos. Acreditamos que, desta perspectiva, justamente porque as discussões acerca da *alfabetização* sejam emergenciais (ou tardias?), o conceito de *letramento* assume uma compreensão altamente vinculada com o de *alfabetização*. *Letramento* designa, então, “o estado ou condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita” (SOARES, 1998, p. 18).

João Wanderley Geraldi (2010), no texto “Alfabetização e letramento: perguntas de um alfabetizado que lê”, questiona a pertinência do conceito quando defende que ele não acrescentaria elementos significativos ao de *alfabetização* que justificassem a proposição do novo conceito. Para Geraldi, “o conceito de letramento gaseificou-se: preenche tudo e nada ao mesmo tempo”. As ponderações do autor, que discute *letramento* a partir desta

perspectiva, são relevantes e merecedoras de reflexões mais aprofundadas para os avanços na área. Na condição de país ainda em desenvolvimento, nossa atenção se volta para a *alfabetização*, uma vez que precisamos pesquisar e entender nossa realidade, enquanto sociedade altamente letrada e, ao mesmo tempo, analfabeta. Daí que muitos pesquisadores defendem o *letramento* como conceito que permite discutir as práticas mais avançadas de uso da escrita em contexto social, uma vez que o conceito de *alfabetização* estaria mais ligado à competência individual, relativa ao aprendizado da escrita, com uma significativa aproximação ao aspecto técnico e estrutural da organização da língua.

No entanto, Paulo Freire concebia a *alfabetização* de um modo muito próximo ao que designa o conceito de *letramento*, na perspectiva defendida por Soares. Talvez por isso mesmo, Geraldi não veja em *letramento* um conceito consistente que daria conta de aspectos que o de *alfabetização* não alcançaria. Kleiman (1995) sugere que o conceito de *alfabetização*, na perspectiva de Freire, abarcaria as preocupações delineadas pelos teóricos que trabalham com o conceito de *letramento*, nessa compreensão mais vinculada ao aprendizado da leitura e escrita nas suas formas mais complexas. Se pensarmos na concepção de *alfabetização* defendida por Freire, em que, para além das habilidades individuais de leitura e de escrita, a alfabetização designa um processo sócio-histórico de inserção social e de humanização, vemos que ela realmente engloba, em muitos aspectos, noções enfocadas pelo conceito de *letramento*.

Outra perspectiva de compreensão do conceito de letramento é apresentada por Kleiman, no mesmo trabalho de 1995. A autora traz um ponto de vista do *letramento* menos apegado ao conceito de *alfabetização* e mais voltado ao estudo da compreensão do “desenvolvimento social que acompanhou a expansão dos usos da escrita” (p. 16). Desta perspectiva, *letramento* não é (nem precisa ser) discutido em relação à *alfabetização*, mas se circunscreve em um campo amplo das ciências humanas que estuda o homem e a escrita em suas relações sociais, não se limitando à porção individual, subjetiva e à aquisição do código que o conceito de *alfabetização* sugere. Cerutti-Rizzatti (2009, p. 4) destaca que “Entender o que os homens fazem com a escrita implica entender os homens na configuração social, cultural e histórica em que vivem”.

Esse outro modo de compreender o conceito de *letramento*, que, embora possa vir a tematizar questões de *alfabetização*, não se (con)funde com

ela e nem pretende ser uma extensão dela. Desta outra compreensão do conceito, derivam estudos que procuram entender a intrincada rede de valores, posturas e mentalidade que a escrita engendra nas sociedades letradas. Assim, o conceito de *letramento* refere-se ao conjunto de práticas de uso da escrita nos contextos sociais, entendendo que tais práticas variam de acordo com os objetivos dos participantes, com o ambiente e com o modo como se realizam (cf. KLEIMAN, 1995). Dessa forma, o conceito de *letramento* não se limita à ideia de “estado de quem sabe ler e escrever”, nem se permite transformar em adjetivo para designar o “ser letrado”, como se permite designar o “ser alfabetizado”, com base no conceito de *alfabetização*.

É com essa segunda compreensão do conceito que o livro *Letramentos* afina-se. Nele, as práticas sociais de uso da leitura e da escrita são tratadas em suas relações com o multiculturalismo, com a escola e, principalmente, com a formação de professores.

Em 2010, ano da publicação da obra, lemos os artigos aos poucos e de forma não linear. Naquela leitura, fez-se notória a importante contribuição que as reflexões empreendidas pelos autores podem nos oferecer ao discutirem, sob a perspectiva dos estudos dos letramentos, a formação de professores e o papel do professor e da escola na atualidade, frente às demandas sociais relativas à escrita.

Dois anos depois, retomamos a leitura de *Letramentos*, desta vez de forma linear e cabal, a fim de avaliar a pertinência da inclusão da obra como parte da bibliografia obrigatória de um curso do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura, em que se pretendia discutir, em profundidade, o conceito de *letramento* e os trabalhos na área. Surpreendeu-nos, na segunda leitura, o modo tão consistente com que a obra coloca em cena a escola, em sua dimensão formadora por excelência.

A escola é um espaço que, nos últimos anos, vem tentando se redesenhar, em função, principalmente, das transformações sociais do mundo contemporâneo, que requer das pessoas complexas habilidades em leitura e escrita. Como principal agência de letramento e lugar privilegiado de constituição e atuação do professor, a escola contemporânea vem suscitando profundas reflexões sobre seu espaço, seu papel, suas metodologias e seus encaminhamentos políticos. *Letramentos* permite, então, visualizar as questões que tocam a formação do professor, tendo como essência a sua relação com a escola. Embora os capítulos do livro possam ser lidos de forma independente, eles engendram o diálogo e a complementaridade entre suas

partes. O que lhe atribui esta característica é a coerência no tratamento do conceito de *letramento* que “alinhava” as discussões.

A primeira parte – “Multiculturalismo e identidade” – apresenta três artigos que relacionam multiculturalismo, identidade e formação docente. O primeiro deles – “Letramentos e relações raciais em tempos de educação multicultural” –, assinado por Souza e Sítio, propõe uma reflexão acerca da formação do professor frente às questões raciais no contexto escolar, trazidas principalmente pela Lei n. 10.639/2003, que torna obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileiras nas nossas instituições de ensino. No segundo artigo – “O que dizem as educadoras sobre si: construções identitárias e formação docente” –, Vóvio e De Grande abordam a formação docente da perspectiva do *letramento situado do professor*, o que “implica o não julgamento desse profissional a partir de práticas de leitura e escrita valorizadas socialmente” (p. 53). O artigo coloca em cena a reflexão de duas professoras acerca de suas leituras. No terceiro capítulo, intitulado “Quem está dizendo isso?: letramento acadêmico, identidade e poder na educação superior”, Zavala tematiza as implicações multiculturais que perpassam as práticas de letramento no processo de formação. Para a autora (p. 93), “necessitamos explorar formas pelas quais a escola possa validar o conhecimento das minorias, empoderá-las e educá-las para a transformação crítica da sociedade”.

A segunda parte – “Letramentos e escola” – apresenta quatro artigos que convidam a pensar sobre a prática escolar de ensino da língua. Pesquisadores e professores que lerem o capítulo quatro – “Os significados do letramento escolar como uma prática sociocultural” – vão encontrar uma reflexão tecida por Buzen sobre o espaço escolar como lugar de formação por excelência, onde se desenvolvem práticas singulares de letramento na dinâmica da construção do conhecimento. Oliveira e Cunha, respectivamente, nos capítulos “Variação cultural e ensino/aprendizagem de língua materna: projetos de letramento em comunidades de aprendizagem” e “O Jornal Escolar sob a ótica do ensino de gênero e formação continuada de professor”, analisam experiências, apontando a consistência nas práticas escolares de ensino da língua que incluem a porção social e cultural no fazer docente. No sétimo capítulo – “Pagando o aluguel: particularidade e inovação no processo de produção da linguagem” –, Bazerman traz uma reflexão sobre as práticas de escrita que a escola tradicionalmente desenvolve e as implicações futuras de tais práticas para a constituição do usuário competente da língua.

O autor toma como base da sua reflexão a prática do plágio, encontrado, mais do que desejaríamos, nos trabalhos dos alunos. Bazerman propõe uma observação dessa atitude do aluno como consequência de uma prática escolar que, muitas vezes, privilegia a cópia exata como procedimento aceitável e desejável no desenvolvimento das atividades.

Por último, na terceira parte do livro – “Formação docente” –, composta por seis artigos, discute-se a formação de professores por meio de perspectivas que permitem pensar sobre questões centrais, como a construção da identidade docente no processo de formação, a compreensão da natureza do fazer docente, a continuidade na formação, o papel das tecnologias e metodologias no processo de formação, as leituras formadoras e as possibilidades de desenvolvimento de uma prática de ensino significativa tanto para o professor, quanto para os alunos. Todos os capítulos dessa parte do livro apresentam resultados de pesquisa. Assim, os capítulos oito e nove – “Formação de professores de língua materna: alguns apontamentos” e “Da construção autoral e formação do professor: percursos, mudanças e novos horizontes” – discutem a formação inicial do professor no curso de licenciatura em Letras. No primeiro deles, Silva et al. discutem a formação, defendendo que o próprio currículo propicia a construção da identidade profissional a ser assumida. No segundo, Tapias-Oliveira et al. analisam uma experiência de formação que “contempla a interface entre os letramentos acadêmico e profissional” (p. 202).

Ao lançar a pergunta “Formação continuada de professores e apropriação de saberes: continuidade ou ruptura?”, Valsechi problematiza os modelos de formação continuada, em favor de um processo formativo que venha validar e ampliar os saberes docentes. No capítulo 11, “Funções de formadores e professores em um curso semipresencial de formação continuada: novas possibilidades, novos modos de participação”, Vianna analisa uma experiência de formação continuada na modalidade de educação a distância, mostrando que as interações no ambiente virtual de aprendizagem agregam novas características às aulas, transformando, também, os papéis dos participantes. “Letramento do professor no local de trabalho: o efeito da revista *Nova Escola*” é o penúltimo capítulo do livro e, assim como os dois anteriores, apresenta uma reflexão acerca da formação continuada dos professores, mas, dessa vez, não enfoca os cursos oferecidos pelos gestores públicos, nem pela universidade. O texto discute a formação do professor-alfabetizador a partir das leituras, em local de trabalho, da revista *Nova Escola*. No último

capítulo, “Pluralidade cultural, projeto de letramento e formação docente: ressignificações possíveis”, Tinoco analisa o desenvolvimento de projetos de letramento como um modelo que pode promover a ressignificação do fazer docente, da formação docente e das práticas formadoras em sala de aula.

Apresentamos esta síntese dos capítulos com o propósito de fomentar um exercício de relações entre as partes que compõem o todo de *Letramentos*. Não é difícil divisar (e talvez apenas a observação dos títulos já fosse o bastante) o diálogo entre os capítulos. A obra oferece uma leitura construtiva, no sentido de que, ao tratar com profundidades temas complexos relativos ao letramento de professor e às práticas de formação, aponta viabilidades. É por isso que, para nós, *Letramentos*, do ponto de vista político, pode ser visto como uma obra de militância pelo aperfeiçoamento das práticas de formação de professores e pelo aprimoramento do fazer educativo em contexto escolar; um livro que aponta possibilidades consistentes e criativas e que inspira a reflexão acerca das relações entre o homem e escrita na contemporaneidade.

Notas

1. Os trabalhos de Tfouni (1995, 2006) representam as pesquisas que abordam a partir desta perspectiva.
2. No Brasil, várias obras foram nomeadas pelos dois conceitos, como as de Tfouni (1995), Rojo (1998), Soares (2003) e Arantes (2010).

Referências

- ARANTES, V.A. *Alfabetização e letramento*. São Paulo: Summus, 2010.
- BARTON, D. *Literacy: an introduction to the ecology of written language*. Cambridge, Mass.: Brackwell, 1994.
- BARTON, D.; HAMILTON, M.; IVANIC, R. *Situated literacies*. London: Routledge, 2000.
- CERUTTI-RIZZATTI, M.E. Letramento: um conceito em (des)construção e suas implicações/repercussões na ação docente em lingual materna. *Fórum Linguístico*, Florianópolis, v. 6, n. 2, p. 1-15, jul./dez. 2009.
- GERALDI, J.W. *Alfabetização e letramento: perguntas de um alfabetizado que lê*. Texto apresentado em sessão especial da Anped, 2010.

KLEIMAN, A.B. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. In: KLEIMAN, A.B. (Org.). *Os significados do letramento*. Campinas: Mercado de Letras, 1995. p. 15-61.

ROJO, R. *Alfabetização e letramento*. Campinas: Mercado de Letras, 1998.

SOARES, M. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

SOARES, M. *Alfabetização e letramento*. São Paulo: Contexto, 2003.

SOARES, M. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 25, p. 5-17, 2004.

TFOUNI, L.V. *Letramento e alfabetização*. São Paulo: Cortez, 1995.

TFOUNI, L.V. *Adultos não alfabetizados em uma sociedade letrada*. São Paulo: Cortez, 2006.